



## DG Investimentos e Participações S.A.

CNPJ 19.841.730/0001-43

Demonstrações Contábeis Finais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)

Balanco Patrimonial dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	188	2.522	53.439	41.447
Aplicações financeiras	5	-	-	7.807	6.986
Créditos a receber de clientes	6	-	-	20.043	39.766
Impostos a recuperar	7	835	600	7.277	6.069
Bens e títulos a receber	8	-	-	4.227	2.992
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.023</b>	<b>3.122</b>	<b>92.793</b>	<b>97.260</b>
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	9	-	2.099	-	2.099
Depósitos judiciais	11	-	-	5.196	3.599
Investimentos	12	50.777	28.024	-	-
Imobilizado	13	110	142	6.034	6.489
Intangível	14	34.899	34.899	83.060	58.890
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>85.786</b>	<b>65.164</b>	<b>94.290</b>	<b>71.077</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>86.809</b>	<b>68.286</b>	<b>187.083</b>	<b>168.337</b>

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)

	Prejuízo		Participação não		Total
	Capital social	acumulado	controlador		
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>84.739</b>	<b>(168.691)</b>	<b>(83.952)</b>	<b>(2)</b>	<b>(83.954)</b>
Lucro líquido do exercício	-	8.563	8.563	2	8.565
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>84.739</b>	<b>(160.128)</b>	<b>(75.389)</b>	<b>-</b>	<b>(75.389)</b>
Aumento de capital	94.837	-	94.837	-	94.837
Lucro líquido do exercício	-	8.083	8.083	3	8.086
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>179.576</b>	<b>(152.045)</b>	<b>27.531</b>	<b>3</b>	<b>27.534</b>

### Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A DG Investimentos e Participações S.A. (doravante denominada "Companhia" ou "DG") é uma sociedade anônima constituída em 16 de outubro de 2014, com sede localizada na Avenida Rio Branco, 138, sala 1051 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades e companhias, como quotista ou acionista. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as empresas investidas apresentaram um crescimento expressivo pautado principalmente em um aumento no portfólio de produtos e parcerias com novas operadoras de planos de saúde, conseguindo reverter o patrimônio líquido negativo observado em 31 de dezembro de 2020. A Administração considera que a perpetuação dos resultados positivos auferidos nos últimos anos irão refletir positivamente nos indicadores econômicos. **1.1. Estrutura societária:** A Companhia iniciou suas atividades em julho de 2014, e em novembro de 2014, com base em investimentos recebidos, adquiriu a totalidade das quotas de capital das Empresas abaixo discriminadas: • AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda. (doravante denominada "Administradora São Paulo") é uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, com estrutura jurídica própria, tendo como principal atividade econômica a administração de benefícios de planos de saúde coletivos por adesão, conforme Resolução Normativa - RN nº 196/2009, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), através da assinatura de contratos, convênios e outros instrumentos jurídicos, com pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, que tenham interesse em transferir a administração do plano de saúde coletivo por adesão oferecido a seus beneficiários. • AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda. (doravante denominada "Administradora em Saúde") é uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, estrutura jurídica própria, tendo como principal finalidade a administração exclusiva de planos privados de assistência à saúde suplementar, na forma do que dispõe o artigo 34 da Lei nº 9.656/98, registrada sob o nº 417.459 junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e classificada como administradora de benefícios. A Administradora Saúde foi constituída em setembro de 2009, conforme registro na JCDF nº 53101083126, contudo suas atividades foram iniciadas após o registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), datado de 16 de agosto de 2010. • AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda. (doravante denominada "AllCare Corretora") é uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, com estrutura jurídica própria, tendo como principal atividade econômica a corretagem de seguros no ramo vida, capitalização, planos previdenciários e planos de saúde, através da assinatura de contratos, convênios e outros instrumentos jurídicos, com pessoas jurídicas ou físicas que tenham interesse em adquirir produtos que sejam objeto de sua atividade. • Solution Serviços e Gestão em Saúde Ltda. (doravante denominada "Solution") é uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, com estrutura jurídica própria, tendo como principal atividade econômica a prestação de serviços de assessoria, consultoria e gestão administrativa, operacional e financeira à operadoras de seguros e planos de assistência privada à saúde e/ou a pessoas jurídicas públicas e privadas, incluindo, mas não se limitando a serviços de cobrança, entrevista qualificada para novos beneficiários ("aceitação"), movimentação cadastral, gestão de indicadores e análise de sinistralidade. Em junho de 2021, a administração decidiu alterar o plano de negócio da Empresa, optando pelo encerramento da atividade de prestação de serviço de corretagem. Tal fato, desencadeou a alteração da denominação social da Empresa, anteriormente denominada Way Administração, Serviços e Corretora de Seguros Ltda., adotando a denominação de Solution Serviços e Gestão em Saúde Ltda. • JLD Tecnologia Ltda. (doravante denominada "JLDO") é uma empresa por quotas com responsabilidade limitada, com estrutura jurídica própria, tendo como principal atividade econômica comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, incluindo, mas não se limitando a consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis. **2. Políticas contábeis e apresentação e principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas abaixo. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. **2.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Grupo, relacionados com transações entre empresas do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das Companhias, segundo a natureza de cada saldo, completa e integralmente eliminando (i) da participação no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as Companhias; (ii) dos saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as Companhias; e (iii) identificação da participação dos acionistas não controladores. **2.2. Combinação de Negócios:** Em 2021, a Companhia adquiriu a participação de 99% (noventa e nove por cento) do capital social a Empresa JLDO Tecnologia Ltda. Cumpre observar que as combinações de negócios, conforme preceituado no CPC 15, são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. **2.3. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.5. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, certificado de Depósito Bancário - CDB) e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. **2.6. Reconhecimento de receita:** As receitas das empresas que atuam como administradoras de benefícios são devidamente reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), operando como estipulante ou prestadora de serviço para empresas, órgãos públicos ou entidades representativas que desejam contratar um plano de saúde e/ou odontológico coletivo. A receita de taxa de administração (over) corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos de saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão. Com relação às empresas que atuam no ramo de corretagem de seguros nos ramos vida, capitalização, planos previdenciários e planos de saúde, atuando na intermediação da assinatura de contratos, convênios e outros instrumentos jurídicos, com pessoas jurídicas ou físicas que tenham interesse em adquirir produtos ofertados por seus clientes. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a prestação do serviço é confirmada pelos clientes (mediante a confirmação, pelo cliente, do recebimento da contraprestação do beneficiário final) por um valor previamente pactuado na celebração do contrato de agenciamento ou comissionamento. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo dos valores a

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Passivo circulante</b>					
Débito de operações de assistência à saúde	15	-	-	49.748	59.252
Fornecedores	6	-	-	6.387	4.427
Obrigações com pessoal	6	11	11	11.474	8.419
Impostos e contribuições a recolher	16	1.240	83	6.342	4.445
Parcelamentos de tributos e contribuições	16	-	-	3.815	2.907
Passivo de arrendamento	17	-	-	2.618	1.726
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	2.430	2.430
Partes relacionadas	9	23.695	48.597	23.695	45.968
Debêntures	19	-	3.859	-	3.859
Outras contas a pagar	-	-	-	278	659
Total do passivo circulante		<b>24.947</b>	<b>52.550</b>	<b>104.357</b>	<b>134.092</b>
Passivo não circulante					
Parcelamentos de tributos e contribuições	16	-	-	8.596	8.020
Passivo a descoberto	12	-	1.230	-	-
Debêntures	19	-	50.261	-	50.261
Passivo de arrendamento	17	-	-	1.172	2.788
Provisão para contingências	20	-	-	1.795	6.984
Partes relacionadas	9	34.331	39.634	34.331	39.634
Imposto diferido passivo	10	-	-	9.298	1.947
Total do passivo não circulante		<b>34.331</b>	<b>91.125</b>	<b>55.192</b>	<b>109.634</b>
Patrimônio líquido (negativo)	21	-	-	-	-
Capital social		179.576	84.739	179.579	84.739
Prejuízos acumulados		(152.045)	(160.128)	(152.045)	(160.128)
<b>Total do patrimônio líquido (negativo)</b>		<b>27.531</b>	<b>(75.389)</b>	<b>27.534</b>	<b>(75.389)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido (negativo)</b>		<b>86.809</b>	<b>68.286</b>	<b>187.083</b>	<b>168.337</b>

### Demonstração do Resultado dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida	22	-	-	224.453	171.219
Custos dos serviços prestados	23	-	-	(93.252)	(70.373)
Lucro bruto	-	-	-	131.201	100.846
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	23	(7.144)	(421)	(53.104)	(45.233)
Depreciações e amortizações	13 e 14	(32)	(105)	(28.494)	(16.049)
Perdas com créditos incobráveis	24	-	-	(13.553)	(10.201)
Resultado de equivalência patrimonial	12	24.212	16.488	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	25	(1)	7.067	(7.979)	2.817
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<b>17.035</b>	<b>23.029</b>	<b>28.071</b>	<b>32.180</b>
Receitas financeiras		212	192	4.181	2.926
Despesas financeiras		(9.164)	(11.368)	(10.424)	(13.337)
Resultado financeiro, líquido	26	<b>(8.952)</b>	<b>(11.176)</b>	<b>(6.243)</b>	<b>(10.411)</b>
Lucro antes do IR e dCS		<b>8.083</b>	<b>11.853</b>	<b>21.828</b>	<b>21.769</b>
IR e CS - corrente	27	-	-	(6.391)	(4.106)
IR e CS - diferido	27	-	(3.290)	(7.351)	(9.098)
Lucro líquido do exercício		<b>8.083</b>	<b>8.563</b>	<b>8.086</b>	<b>8.565</b>
Atribuível ao acionista controlador		-	-	8.083	8.563
Atribuível ao acionista não controlador		-	-	3	(2)

### Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		8.083	8.563	8.086	8.565
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Resultados abrangentes do exercício</b>		<b>8.083</b>	<b>8.563</b>	<b>8.086</b>	<b>8.565</b>

receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços. **Custo para obtenção de contrato:** As administradoras de benefícios incorrem em custos incrementais para obtenção de contratos, aquisição de carteira de clientes, que foram contabilizados como ativos. Tais ativos capitalizados são amortizados seguindo uma sistemática de cálculo elaborada pelo Grupo que se baseia no prazo médio de fruição do benefício econômico gerado pela aquisição da respectiva carteira, ou seja, correlação entre a aferição da receita de clientes, com os custos incrementais incorridos na obtenção do contrato. **2.7. Tributos: imposto de renda e contribuição social - correntes:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas dos respectivos tributos. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Tributos diferidos:** Tributo diferido, apenas para fins da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **2.8. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. A depreciação é calculada com base no método de linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. Um item de imobilizado é baixado quando venha a ser vendido, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. **2.9. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é baixado quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Gastos variáveis com comissões de terceiros são capitalizados como ativo intangível e amortizados pelo prazo médio de permanência dos beneficiários em carteira, obtido através de metodologia desenvolvida pela Administração da Companhia, revisado anualmente e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso. **2.10. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros:** *Ativos financeiros:* Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia, quando necessário, reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa de outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. *Passivos financeiros:* Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados

### Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	8.083	8.563	8.086	8.565
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	32	105	28.494	16.049
Equivalência patrimonial	(24.212)	(16.488)	-	-
Alienação de investimentos	-	(3.596)	-	-
Reversão de provisão para contingências	-	-	(733)	(3.818)
Provisão para perdas esperadas	-	-	(2.991)	5.559
Juros sobre outros passivos	8.127	10.461	7.889	10.319
Juros sobre debêntures	717	907	717	907
Juros e encargos sobre financiamentos	-	-	450	612
Juros sobre parcelamento	-	-	244	204
Juros sobre empréstimo	-	-	75	368
Imposto corrente	-	-	6.391	4.106
Imposto diferido	-	3.290	7.351	9.098
<b>Total</b>	<b>(7.253)</b>	<b>3.242</b>	<b>55.973</b>	<b>51.969</b>

### (Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:

Créditos a receber de clientes	-	-	22.714	(32.993)
Impostos a recuperar	(236)	(424)	(1.209)	(1.379)
Bens e títulos a receber	1	-	(4.920)	1.778
Depósitos judiciais	-	-	(1.598)	(2.654)
Débito de operações de assistência à saúde	-	-	(5.819)	40.603
Impostos e contribuições a recolher	1.157	-	(4.493)	(2.818)
Parcelamentos de tributos e contribuições	-	-	(3.216)	4.174
Obrigações com pessoal	(4)	-	3.055	1.005
Fornecedores	6	(7)	1.960	2.119
Outras contas a pagar	-	(1.243)	(379)	(841)

### Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais

Atividades de investimentos	-	-	(822)	(134)
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Recebimento de dividendos	2.300	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-	(6.301)	-	-
Recebimento na venda da alienação de investimento	-	7.708	-	-
Baixas no intangível e no imobilizado	-	-	-	293
Adição no intangível e no imobilizado	-	-	(51.169)	(22.866)

### Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos

Atividades de financiamento
-----------------------------





Continuação Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, dentro dos critérios de fixação da taxa de depreciação adotada pela Companhia. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. 2.16. Demonstração dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. 2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021: A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não dotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As alterações do CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência, não impactaram as demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. 2.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre estimativas nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece qualidades e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Empresa está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. 3. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Estimativas e premissas: As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras incluem os impostos, ativos imobilizados, ativos intangíveis, provisões e avaliação do valor recuperável de certos ativos.

4. Caixa e equivalente de caixa: Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020 Caixa - conta movimento 31 3 13.780 4.424 Aplicações financeiras - livres 157 2.519 39.643 37.011 188 2.522 53.439 41.447

5. Aplicações financeiras: Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020 Aplicações financeiras - vinculadas à ANS 7.807 6.986 7.807 6.986 Em atendimento à Instrução Normativa DIOPE nº 33, de 5 de outubro de 2009, emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), foram constituídos ativos garantidores representados por aplicações financeiras no montante de R\$7.807 em 31 de dezembro de 2021 para fins de lastro das provisões técnicas de algumas controladas da Companhia, principalmente por conta da inadimplência. As aplicações financeiras vinculadas à ANS referem-se às controladas AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda. e AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda., possuem remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento de 4,42% a.a. (2,75% em 2020). Cabe destacar que os ativos garantidores se encontram vinculados, em sua totalidade, em favor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS nos termos da Resolução Normativa nº 392, de 9 de dezembro de 2015, e suas alterações. 6. Créditos a receber de clientes (Consolidado): Os créditos a receber de clientes estão apresentados líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos a receber de clientes e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. 2021 2020 Administração de benefícios de assistência médica 20.100 12.669 Administração de benefícios de assistência médica - cobrança retroativa (i) 1.952 23.322 Taxa de administração de benefícios 3.087 2.845 Taxa de administração de benefícios - cobrança retroativa (i) 396 3.431 (-) Provisão para perdas esperadas (5.492) (2.501) 20.043 39.766

7. Impostos a recuperar: Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020 Imposto de renda retido 305 181 4.235 3.671 Imposto de renda a restituir 305 305 1.395 1.393 Contribuição social a restituir 114 114 604 571 PIS e COFINS a restituir - - 21 434 INSS a compensar - - 910 - IOF a recuperar 112 - 112 - 836 600 7.277 6.069

8. Bens e títulos a receber (Consolidado): 2021 2020 2021 2020 Valores a receber de pessoas jurídicas (i) 2.419 2.297 Adiantamento a fornecedores 49 90 Adiantamento a funcionários 688 521 Créditos a receber das operadoras de planos de saúde 753 84 Outros valores 318 84 Total 4.227 2.992

9. Partes relacionadas: a) Partes relacionadas - Ativo Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020 JLDO Tecnologia Ltda. (i) - 1.998 - 1.998 Eterna Investimentos e Participações S.A. (ii) - 101 - 101 - 2.099 - 2.099

(i) Em 2016, a Companhia celebrou um contrato de mútuo com a empresa JLDO Tecnologia Ltda. para desenvolvimento de aplicativo voltado ao atendimento do corretor externo (canal de vendas), para uso exclusivo da Companhia e de suas controladas. Em dezembro de 2021, ocorreu a conversão do mútuo em participação societária na empresa JLDO Tecnologia Ltda. (ii) Contrato de mútuo realizado com a empresa Eterna Investimentos e Participações S.A., durante o exercício de 2020, para suportar necessidade de caixa temporária da Companhia. Em abril de 2021, ocorreu a quitação do mútuo. b) Partes relacionadas - Passivo: Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020 Valores a pagar (ex-sócios) (i) 35.275 85.602 35.275 85.602 AllCare Benefícios Corretora de Seguros SP Ltda. (ii) - 2.629 - - Cromossomo Participações III S.A. (iii) 22.751 - 22.751 - 58.026 88.231 58.026 85.602

(i) Os valores a pagar referem-se à parcela devida aos ex-sócios das empresas Unifocus e Prevqual, adquiridas em 2014. Ambos os contratos possuem vencimento a partir de 01/01/2021, sendo: (ii) O contrato de mútuo entre a Companhia e a AllCare Benefícios Corretora de Seguros SP Ltda. foi realizado durante o exercício de 2019 com finalidade de capital de giro, tendo a sua quitação em fevereiro de 2021, em parcela única. Contrato atualizado em 100% do CDI. (iii) O contrato de mútuo entre a Companhia e a Cromossomo Participações III S.A., foi realizado durante o exercício de 2021 com finalidade de capital de giro, com prazo para pagamento até 30 de julho de 2024, com pagamento de juros mensais até a data de quitação. O contrato atualizado em 100% do CDI. 10. Imposto de renda e contribuições sociais diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

11. Depósitos judiciais (Consolidado): 2021 2020 Depósitos judiciais - civis | regulatório 5.175 2.830 Bloqueios judiciais 21 769 5.196 3.599

12. Imobilizado: Controladora 2020 Adições Baixas Depreciação 2021 Móveis e utensílios 142 - - (32) 110 142 - - (32) 110 Controladora 2019 Adições Baixas Depreciação 2020 Beneficiárias em imóveis de terceiros 62 - - (62) - Móveis e utensílios 173 - - (31) 142 Equipamentos de informática 3 - - (3) - Máquinas e equipamentos 9 - - (9) - 247 - - (105) 142

Consolidado 2020 Adições Baixas Depreciação 2021 Beneficiárias em imóveis de terceiros 395 370 - - (101) 664 Móveis e utensílios 1.225 137 - - (393) 969 Equipamentos de informática 590 1.996 - - (737) 1.849 Máquinas e equipamentos 248 71 - - (180) 139 Direito de uso - alugueis 4.031 132 - - (1.750) 2.413 6.489 2.706 - - (3.161) 6.034

13. Intangível: a) Softwares: Os saldos de intangível registrados no ativo da Companhia e de suas controladas referem-se, basicamente, ao sistema de computação TopDown, o qual é composto de fluxos operacionais das atividades operacionais das controladas, que permitem o controle das operações dos beneficiários e de sistemas relacionados à gestão para o segmento de atendimentos. A amortização dos softwares é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano, tendo sido determinada de acordo com a expectativa de vida útil-econômica estimada. b) Comissão de obtenção de vendas: A amortização das comissões sobre obtenção de vendas é calculada com base no tempo médio de permanência dos beneficiários na carteira de cada Administradora, seguindo as diretrizes do CPC 47. c) Aquisição de carteira: As aquisições de carteira são amortizadas de acordo com a movimentação de exclusão dos beneficiários dos contratos ativados. d) Ágio (goodwill): O ágio reconhecido pela Companhia, no valor de R\$34.899, está relacionado às aquisições das controladas Fapes e Abnara, realizadas em 9 de agosto de 2014, o qual se baseia na expectativa de rentabilidade futura das empresas. Anualmente, o ágio é submetido ao teste de ajuste ao seu valor provável de recuperação. A recuperação do ágio registrado pela Companhia foi analisada pela Administração, tomando como base os critérios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. As premissas que sustentam as conclusões do teste de recuperabilidade realizado vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as investidas apresentaram resultados consistentes e em linha com as expectativas projetadas. A Administração entende que os progressos conquistados em 2021 e as expectativas atualizadas de crescimento das empresas suportam a recuperabilidade dos respectivos ágios. e) Carteira de clientes e contrato de não competição: As carteiras de clientes e contrato de não competição são relativas à aquisição da AllCare Administradora Benefícios em Saúde Ltda. e AllCare Corretora de Seguros Ltda. A amortização desses montantes se dá com base na vida útil definida para os intangíveis, que são de 20 a 30 meses para carteira de clientes, e 60 meses para contrato de não competição. Em 31 de dezembro de 2021, não existe qualquer necessidade de constituição de provisão para perdas sobre o valor registrado no ativo da Companhia.

Controladora 2020 Adições Baixa Amortizações 2021 Ágio (goodwill) 34.899 - - 34.899 34.899 - - - 34.899 Controladora 2019 Adições Baixa Amortizações 2020 Softwares 5 - - (5) - Ágio (goodwill) 34.899 - - 34.899 34.904 - - (5) 34.899

Consolidado 2020 Adições Baixa Amortizações 2021 Softwares 3.029 4.297 - (2.303) 5.023 Comissão de obtenção de vendas 18.230 42.124 - (21.377) 38.977 Aquisição de carteira 2.732 3.082 - (1.653) 4.161 Ágio (goodwill) 34.899 - - 34.899 58.890 49.503 - (25.333) 83.060

Consolidado 2019 Adições Baixa Amortizações 2020 Comissão de obtenção de vendas 9.623 18.647 (2) (10.338) 18.230 Aquisição de carteira 1.239 1.678 - (185) 2.732 Ágio (goodwill) 34.899 - - 34.899 48.584 21.659 (2) (11.351) 58.890

14. Débito de operações de assistência à saúde (Consolidado): O saldo correspondente ao débito de operações de assistência à saúde refere-se ao repasse à operadora dos valores recebidos dos beneficiários descontando os valores que correspondem à remuneração da Companhia. 2021 2020 Contraprestações recebidas antecipadamente 6.325 4.450 Contraprestações de assistência médica 43.807 30.935 Valor de coparticipação pagos antecipadamente (ii) (3.685) - Contraprestações de assistência médica - retroativa (i) 2.655 23.322 Contraprestações de assistência odontológica 646 545 49.748 59.252 (i) Devido à pandemia da Covid-19, entre setembro a dezembro de 2020 foram suspensos os reajustes de cobrança anual e por faixa etária. A partir de janeiro de 2021, o pagamento será realizado de forma retroativa, diluindo os valores do reajuste em 12 parcelas. O saldo reconhecido em 31 de dezembro de 2021, se refere aos pagamentos antecipados para a modalidade de planos com coparticipação, a serem faturados subsequentemente aos beneficiários.

15. Impostos, contribuições a recolher e parcelamentos: a) Impostos e contribuições a recolher Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020 IRPJ e CSLL a pagar - - 848 724 Impostos sobre faturamento - - 1.661 1.684 Contribuições previdenciárias 524 4 1.758 726 FGTS - - 361 263 Contribuição sindical - - - 1 Impostos e contribuições retidos na fonte 715 4 1.713 972 IOF 1 75 1 75 1.240 83 6.342 4.445

Parcelamentos: Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020 Parcelamento IRPJ e CSLL 2.505 3.006 Parcelamento INSS 228 256 Parcelamento ISS 30 55 Parcelamento ANS (i) 9.648 7.610 Circulante 3.815 2.907 Não circulante 8.596 8.020 12.411 10.927

Tratarse de parcelamentos realizados durante o exercício de 2021, no qual o departamento jurídico da Empresa efetuou levantamento minucioso dos débitos de natureza regulatória, decorrente da aplicação de penalidades pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, com baixa probabilidade de êxito em discussão no âmbito judicial, fazendo a opção pelo parcelamento dos referidos débitos através da adesão ao parcelamento ordinário. Cumpre observar que do montante de R\$ 4.743, referente ao parcelamento ANS, constituído no exercício de 2021, o montante de R\$ 4.460, já se encontrava previamente provisionado (Nota 20). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia se encontra adimplente com suas obrigações relativas aos parcelamentos de tributos, conforme as condições contratadas. Cumpre observar que as obrigações se referem a parcelamentos ordinários, regidos pela Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002, com previsão de amortização em 60 (sessenta) parcelas e atualização pela Selic. 16. Arrendamento mercantil (Consolidado): A Companhia possui obrigações originadas de alugueis dos imóveis, nos quais se encontram sua sede e as filiais, atendendo às exigências e requisitos preestabelecidos no CPC 06 (R2). Esses arrendamentos possuem prazo médio de cinco anos e foram mensurados a valor presente, reconhecidos no balanço patrimonial como ativo direito de uso, sendo sua movimentação apresentada conforme Nota 13. A Companhia chegou a sua taxa de desconto com base em uma ponderação das taxas de juros obtidos no mercado para financiamento de imóveis com características similares aos arrendamentos. A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características dos contratos de arrendamento. Em decorrência do reconhecimento dos referidos arrendamentos, a Companhia apresenta o valor de R\$2.881 (R\$4.514 em 31 de dezembro de

2020) registrado como arrendamento mercantil, sendo R\$1.709 no circulante e R\$1.172 no não circulante. Os valores referem-se ao reconhecimento dos contratos de alugueis de imóveis da sede e das filiais do Grupo enquadrados no CPC 06 (R2) e de R\$909 como leasings para aquisição de imobilizado (equipamentos de informática). Os passivos de arrendamento possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

2021 2020 Valor nominal dos pagamentos futuros 3.228 5.289 Ajuste a valor presente (347) (775) Leasing para aquisição de imobilizado 909 - Total 3.790 4.514 Circulante 2.618 1.726 Não circulante 1.172 2.788 Em 31 de dezembro de 2021, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento: Ano 2023 886 2024 192 2025 94 1.172

A movimentação dos passivos de arrendamento é a seguinte: 2021 2020 Saldo inicial 4.514 5.683 Adição 1.156 736 Baixas - (333) Encargos 450 612 Pagamentos (2.330) (2.184) Saldo final 3.790 4.514

17. Empréstimos e financiamentos (Consolidado): As controladas possuem em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$2.430, registrado em empréstimos e financiamentos, referente à utilização da conta garantida junto ao Banco Itaú, para suprir a necessidade do capital de giro ao longo do exercício de 2020, sendo tais obrigações quitadas durante o exercício de 2021.

Taxa de juros ao mês 2021 2020 AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP Ltda. 3,06% - 2.430 - 2.430

A movimentação do empréstimo da Companhia é a seguinte: 2021 2020 Saldo inicial 2.430 7.115 Adição - 2.430 Encargos 75 368 Pagamentos (2.505) (7.483) Saldo final - 2.430

Pela natureza do empréstimo, ele não possui cláusulas restritivas. 18. Debêntures: Em setembro de 2014, visando recursos para o projeto de expansão e aquisição, foi celebrada a Escritura Particular da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações com Garantia Real da DG Investimentos e Participações S.A. no valor de R\$56.000, alterada em outubro de 2014 para R\$30.000. Em julho de 2020, a Companhia celebrou o 4º Aditivo Contratual prevendo a prorrogação do prazo de pagamento das debêntures, no qual restou pactuado o seguinte fluxo de pagamento: 1ª parcela no exercício de 2021, 2ª e 3ª parcelas no exercício de 2022, 4ª e 5ª parcelas no exercício de 2023 e 6ª parcela no exercício de 2024. Em abril de 2021, a Companhia realizou uma Assembleia Geral Extraordinária, onde foi aprovado as Conversões das Debêntures em Capital Social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo das debêntures era apresentado da seguinte forma: Controladora e Consolidado

2021 2020 1ª emissão - 20.150 Segundo aditivo da 1ª emissão - 11.420 Juros incorridos - 22.550 - 54.120

A movimentação das debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 se apresentou da seguinte forma: Saldo em 31 de dezembro de 2020 54.120 Encargos provisionados 717 Aumento do capital social (54.837) Saldo em 31 de dezembro de 2021 -

Características da emissão Série 1ª emissão - série única Quantidade de títulos 3.000 Valor nominal R\$30.000 Data de emissão 15/09/2014 Vencimento final 01/07/2022 Remuneração Variação do DI + 2% ou 60% do LL (Lucro Líquido) apurado antes do IR (Imposto de Renda) e Participações Amortização programada Pago a partir da integralização total da debênture até o exercício 2019, deverão ser provisionadas e acrescidas de 100% da taxa DI e pagas a partir de 01/01/2020 em 6 (seis) parcelas semestrais até 01/07/2022. Em 20/02/2020 foi assinado um aditamento contratual prorrogando o prazo de pagamento dos juros capitalizados das debêntures para 01/07/2020 em 6 (seis) parcelas semestrais até 0

Cláusulas restritivas (covenants) Pagamento antecipado nos termos do item 7.1: Item 7.1: (a) Falência, intervenção, insolvência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial; (b) Inadimplemento das obrigações não sanadas no prazo de 30 dias; (c) Se o penhor for objeto de questionamento, não for constituído, for anulado, deixar de existir ou for rescindido; (d) Alteração, perda ou não exercício do poder de controle; (e) Falsidade de aspectos relevantes nas declarações prestadas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia se encontra adimplente com todas as cláusulas restritivas (covenants) contratuais citadas acima. 20. Provisão para contingências (Consolidado): A DG Investimentos e Participações S.A., atualmente, não possui contingências passíveis de provisionamento em sua operação. Com relação aos processos em andamento de suas controladas, elas constituíram provisão correspondente ao valor estimado dos processos com provável perda. As controladas AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda., AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda. e AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda. são parte integrante em processos judiciais de natureza cível, regulatória e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios. As provisões para contingências são reconhecidas nas demonstrações financeiras em relação a aquelas causas consideradas como perdas prováveis, com base em posições periodicamente analisadas pelos advogados internos e assessores jurídicos externos, considerando o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e a saída de recursos para a liquidação das obrigações. Em relação aos processos civis em andamento, sendo o montante de R\$1.695 avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão para contingências, as principais causas versam sobre: (i) questionamento sobre a aplicação do reajuste de preço do plano de saúde por mudança de faixa etária e também pelo reajuste anual dos beneficiários; (ii) pedidos de reatuação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades; (iii) pedidos de reatuação de planos de saúde cancelados por rescisão unilateral requerida pela operadora de plano de saúde; e (iv) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança de mensalidades em atraso não quitadas. Em relação aos processos regulatórios oriundos das multas administrativas lavradas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, a AllCare Administradora de Benefícios São Paulo, possui discussões em andamento nas esferas Administrativa e Judicial no total de R\$ 14.857, sendo R\$ 174 na esfera administrativa com probabilidade de perda possível e, R\$ 14.683 que se referem a discussões na esfera judicial a Companhia realizou a garantia do juízo, permitindo a apresentação de defesa. Em relação aos valores envolvidos, é preciso mencionar que as multas lavradas pela ANS sofreram movimentação, tendo sido encerradas as discussões administrativas inaugurando a discussão na esfera judicial, fazendo com que os valores fossem alterados devido a atualização monetária da dívida, acrescida dos honorários da Procuradoria da Fazenda Nacional - PGN, órgão responsável por executar a dívida na esfera judicial. Por fim, quanto ao mérito das multas lavradas os principais motivos considerados pela ANS como infrações à legislação dos planos privados de assistência à saúde, referem-se a condutas: (i) postergação da data de início de vigência do plano de saúde; (ii) cancelamento do plano de saúde do beneficiário indevidamente; (iii) suspensão do plano de saúde do beneficiário indevidamente; e (iv) não envio ou envio fora do prazo da carteira de identificação do beneficiário, sobre as quais a Empresa possui parecer jurídico de renomado jurista demonstrando a irregularidade das multas, assim como possui decisões administrativas da própria ANS, em sede de revisão administrativa, anulando os Autos de Infração, razão pela qual a probabilidade de perda possível representa a melhor e mais assertada classificação. Em relação aos processos regulatórios oriundos das multas administrativas lavradas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 2021 foi revertida o montante de R\$4.460. A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de perda nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e refletidas em suas demonstrações financeiras consolidadas são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

2021 2020 Contingência Possível Provável Possível Provável Cível 1.695 - 1.695 - 2.204 AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda. - 1.560 - 1.842 AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda. - 115 - 307 AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda. - 20 - 55 Regulatória - - - 4.460 AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda. 14.857 - 8.264 4.434 AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda. - - - 26 Trabalhista - 100 - 320 AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda. - - - 120 AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda. - 100 - 200 - 1.955 - 1.795 - 6.984

Movimentação da provisão 2021 2020 Saldos no início do exercício 6.984 10.801 Constituição 4 328 Constituição de parcelamento (4.460) Reversão de provisão (733) (4.145) Saldos no final do exercício 1.795 6.984

2021 2020 Saldo inicial 4.514 5.683 Adição 1.156 736 Baixas - (333) Encargos 450 612 Pagamentos (2.330) (2.184) Saldo final 3.790 4.514

17. Empréstimos e financiamentos (Consolidado): As controladas possuem em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$2.430, registrado em empréstimos e financiamentos, referente à utilização da conta garantida junto ao Banco Itaú, para suprir a necessidade do capital de giro ao longo do exercício de 2020, sendo tais obrigações quitadas durante o exercício de 2021. Taxa de juros ao mês 2021 2020 AllCare Benefícios Corretora de Seguros de SP Ltda. 3,06% - 2.430 - 2.430 A movimentação do empréstimo da Companhia é a seguinte: 2021 2020 Saldo inicial 2.430 7.115 Adição - 2.430 Encargos 75 368 Pagamentos (2.505) (7.483) Saldo final - 2.430 Pela natureza do empréstimo, ele não possui cláusulas restritivas. 18. Debêntures: Em setembro de 2014, visando recursos para o projeto de expansão e aquisição, foi celebrada a Escritura Particular da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações com Garantia Real da DG Investimentos e Participações S.A. no valor de R\$56.000, alterada em outubro de 2014 para R\$30.000. Em julho de 2020, a Companhia celebrou o 4º Aditivo Contratual prevendo a prorrogação do prazo de pagamento das debêntures, no qual restou pactuado o seguinte fluxo de pagamento: 1ª parcela no exercício de 2021, 2ª e 3ª parcelas no exercício de 2022, 4ª e 5ª parcelas no exercício de 2023 e 6ª parcela no exercício de 2024. Em abril de 2021, a Companhia realizou uma Assembleia Geral Extraordinária, onde foi aprovado as Conversões das Debêntures em Capital Social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo das debêntures era apresentado da seguinte forma: Controladora e Consolidado 2021 2020 1ª emissão - 20.150 Segundo aditivo da 1ª emissão - 11.420 Juros incorridos - 22.550 - 54.120 A movimentação das debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 se apresentou da seguinte forma: Saldo em 31 de dezembro de 2020 54.120 Encargos provisionados 717 Aumento do capital social (54.837) Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Características da emissão Série 1ª emissão - série única Quantidade de títulos 3.000 Valor nominal R\$30.000 Data de emissão 15/09/2014 Vencimento final 01/07/2022 Remuneração Variação do DI + 2% ou 60% do LL (Lucro Líquido) apurado antes do IR (Imposto de Renda) e Participações Amortização programada Pago a partir da integralização total da debênture até o exercício 2019, deverão ser provisionadas e acrescidas de 100% da taxa DI e pagas a partir de 01/01/2020 em 6 (seis) parcelas semestrais até 01/07/2022. Em 20/02/2020 foi assinado um aditamento contratual prorrogando o prazo de pagamento dos juros capitalizados das debêntures para 01/07/2020 em 6 (seis) parcelas semestrais até 0 Cláusulas restritivas (covenants) Pagamento antecipado nos termos do item 7.1: Item 7.1: (a) Falência, intervenção, insolvência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial; (b) Inadimplemento das obrigações não sanadas no prazo de 30 dias; (c) Se o penhor for objeto de questionamento, não for constituído, for anulado, deixar de existir ou for rescindido; (d) Alteração, perda ou não exercício do poder de controle; (e) Falsidade de aspectos relevantes nas declarações prestadas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia se encontra adimplente com todas as cláusulas restritivas (covenants) contratuais citadas acima. 20. Provisão para contingências (Consolidado): A DG Investimentos e Participações S.A., atualmente, não possui contingências passíveis de provisionamento em sua operação. Com relação aos processos em andamento de suas controladas, elas constituíram provisão correspondente ao valor estimado dos processos com provável perda. As controladas AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda., AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda. e AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda. são parte integrante em processos judiciais de natureza cível, regulatória e trabalhista surgidos no curso normal dos seus negócios. As provisões para contingências são reconhecidas nas demonstrações financeiras em relação a aquelas causas consideradas como perdas prováveis, com base em posições periodicamente analisadas pelos advogados internos e assessores jurídicos externos, considerando o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e a saída de recursos para a liquidação das obrigações. Em relação aos processos civis em andamento, sendo o montante de R\$1.695 avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão para contingências, as principais causas versam sobre: (i) questionamento sobre a aplicação do reajuste de preço do plano de saúde por mudança de faixa etária e também pelo reajuste anual dos beneficiários; (ii) pedidos de reatuação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades; (iii) pedidos de reatuação de planos de saúde cancelados por rescisão unilateral requerida pela operadora de plano de saúde; e (iv) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança de mensalidades em atraso não quitadas. Em relação aos processos regulatórios oriundos das multas administrativas lavradas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, a AllCare Administradora de Benefícios São Paulo, possui discussões em andamento nas esferas Administrativa e Judicial no total de R\$ 14.857, sendo R\$ 174 na esfera administrativa com probabilidade de perda possível e, R\$ 14.683 que se referem a discussões na esfera judicial a Companhia realizou a garantia do juízo, permitindo a apresentação de defesa. Em relação aos valores envolvidos, é preciso mencionar que as multas lavradas pela ANS sofreram movimentação, tendo sido encerradas as discussões administrativas inaugurando a discussão na esfera judicial, fazendo com que os valores fossem alterados devido a atualização monetária da dívida, acrescida dos honorários da Procuradoria da Fazenda Nacional - PGN, órgão responsável por executar a dívida na esfera judicial. Por fim, quanto ao mérito das multas lavradas os principais motivos considerados pela ANS como infrações à legislação dos planos privados de assistência à saúde, referem-se a condutas: (i) postergação da data de início de vigência do plano de saúde; (ii) cancelamento do plano de saúde do beneficiário indevidamente; (iii) suspensão do plano de saúde do beneficiário indevidamente; e (iv) não envio ou envio fora do prazo da carteira de identificação do beneficiário, sobre as quais a Empresa possui parecer jurídico de renomado jurista demonstrando a irregularidade das multas, assim como possui decisões administrativas da própria ANS, em sede de revisão administrativa, anulando os Autos de Infração, razão pela qual a probabilidade de perda possível representa a melhor e mais assertada classificação. Em relação aos processos regulatórios oriundos das multas administrativas lavradas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 2021 foi revertida o montante de R\$4.460. A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de perda nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e refletidas em suas demonstrações financeiras consolidadas são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. 2021 2020 Contingência Possível Provável Possível Provável Cível 1.695 - 1.695 - 2.204 AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda. - 1.560 - 1.842 AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda. - 115 - 307 AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda. - 20 - 55 Regulatória - - - 4.460 AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda. 14.857 - 8.264 4.434 AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda. - - - 26 Trabalhista - 100 - 320 AllCare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda. - - - 120 AllCare Benefícios Corretora de Seguros São Paulo Ltda. - 100 - 200 - 1.955 - 1.795 - 6.984 Movimentação da provisão 2021 2020 Saldos no início do exercício 6.984 10.801 Constituição 4 328 Constituição de parcelamento (4.460) Reversão de provisão (733) (4.145) Saldos no final do exercício 1.795 6.984





Continuação		2021		2020	
		Quantidade de ações (%)		Quantidade de ações (%)	
<b>Sócios</b>					
Pamplona Fundo de Investimento em Participações	124.739	83,13%	84.738	99,99%	
José Luiz de Carvalho Júnior	-	-	1	0,01%	
Zelus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	54.837	16,87%	-	-	
<b>Receita líquida (Consolidado):</b>					
Receita com administração de beneficiários	242.418		185.147		
Deduções da receita					
ISS	(6.661)		(4.906)		
PIS	(1.697)		(1.364)		
COFINS	(9.607)		(7.658)		
	224.453		171.219		
Custos dos serviços prestados e despesas administrativas					
		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Custos serviços prestados	-	-	(31.103)	(19.210)	
Comissão	-	-	(20.333)	(16.293)	
Premiação	-	-	(41.816)	(34.870)	
Pessoal próprio	-	-	(93.252)	(70.373)	
<b>Despesas administrativas</b>					
Pessoal próprio	(6.817)	(189)	(27.024)	(16.735)	
Serviços de terceiros	(224)	(173)	(7.375)	(10.323)	
Localização e funcionamento	(88)	(2)	(13.845)	(11.839)	
Propaganda e marketing	-	(13)	(3.113)	(1.440)	
Outros	(15)	(44)	(1.747)	(4.896)	
<b>Total</b>	<b>(7.144)</b>	<b>(421)</b>	<b>(53.104)</b>	<b>(45.233)</b>	
<b>Total</b>	<b>(7.144)</b>	<b>(421)</b>	<b>(146.356)</b>	<b>(115.606)</b>	
<b>24. Perda com créditos incobráveis (Consolidado):</b>					
Provisões para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(15.910)		(11.896)		
Reversão de provisão (Nota 6)	12.919		17.455		
Perdas efetivas (i)	(14.582)		(17.536)		
Recuperação de perdas efetivas	4.020		1.776		
	(13.553)		(10.201)		
(i) Referem-se, substancialmente, às perdas com créditos vencidos decorrentes de operação de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão, para os quais a Companhia assume o risco da inadimplência perante as operadoras de saúde. <b>25. Outras receitas e despesas operacionais</b>					
		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Alienação de investimentos (i)	-	7.067	-	-	
Outras receitas operacionais	-	-	920	63	
Descontos concedidos	-	-	(1.974)	-	
Despesas operacionais	-	-	(2.895)	(2.272)	
Intermediação de negócio	-	-	(1.809)	(1.209)	
Alienação J.LDO Tecnologia-Intangível (Nota 12)	-	-	(2.071)	-	
Outras despesas comerciais	-	-	(62)	(317)	
Despesas Tributárias	(1)	-	(88)	516	
<b>Total</b>	<b>(1)</b>	<b>7.067</b>	<b>(7.979)</b>	<b>(4.251)</b>	

(i) Em 17 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou a venda da Allbrokers para a empresa Diagnósticos da América S.A. (DASA), em decorrência da alienação da integralidade da participação societária no valor de R\$ 5.557, e reconhecendo um ganho na operação no total de R\$ 3.510. Ambos os valores

estão apresentados na demonstração do resultado do exercício por meio da rubrica "Outras receitas e despesas operacionais".

26. Resultado financeiro, líquido:		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita com aplicações financeiras	212	192	2.285	1.040	
Juros sobre outros ativos	-	-	1.896	1.886	
Total das receitas financeiras	212	192	4.181	2.926	
Juros sobre debêntures	(717)	(907)	(717)	(907)	
Juros e encargos sobre financiamentos	-	-	(450)	(612)	
Juros sobre parcelamento	-	-	(244)	(204)	
Juros sobre empréstimo	(501)	-	(75)	(368)	
Juros sobre outros passivos	(7.627)	(10.461)	(7.889)	(10.319)	
Encargos financeiros	(319)	-	(1.049)	(927)	
Total de despesas financeiras	(9.164)	(11.368)	(10.424)	(13.337)	
Resultado financeiro, líquido	(8.952)	(11.176)	(6.243)	(10.411)	

**27. Instrumentos financeiros e gestão de risco financeiro:** A Empresa possui gerenciamento de riscos que consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, bens e títulos a receber, contas a pagar, fornecedores, débito de operações de assistência à saúde, parcelamentos e outras contas a pagar. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo do caixa e equivalentes de caixa e bens e títulos a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, débitos de operações de assistência à saúde e outras contas a pagar se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. A Empresa se encontra exposta a risco de mercado, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia podem ser assim resumidos: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço - que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes de caixa e outros ativos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e patrimoniais e instrumentos financeiros derivativos. As análises de sensibilidade nas seções a seguir referem-se à posição em 31 de dezembro de 2021 e 2020. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2021. As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações com benefícios pós-emprego, provisões e ativos e passivos não financeiros das operações no exterior. As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade: • A sensibilidade dos itens da demonstração do resultado reflete o efeito das mudanças assumidas em relação aos respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31

de dezembro de 2021 e 2020. **Sensibilidade à taxas de juros:** A Companhia possui empréstimos em moedas locais sujeitos principalmente à flutuação da taxa do CDI, IPCA e IGPM. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas na B3 em 31 de dezembro de 2021, e os Cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

Cenários	Cenário I atual	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%
Taxa do CDI (a.a.)	4,42%	5,53%	6,63%
Taxa do IPCA (a.a.)	10,06%	12,58%	15,06%
Taxa IGPM (a.a.)	17,79%	22,24%	26,69%

**27.1 Estrutura de capital:** A política da Empresa é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor e de seus credores e do mercado, como também manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Empresa administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou aumentar seu capital, através de emissão e venda de novas quotas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **27.2. Risco de crédito: Contas a receber:** O risco de crédito decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão do caixa. Para mitigar os riscos, a administração adota como prática analise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. A política de vendas da Empresa considera o nível de risco de crédito o que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, além da diversificação de sua carteira de recebíveis, da seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de crédito. Tais procedimentos, são adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seus bens e títulos a receber. A administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para créditos de liquidação duvidosa. **28.3. Risco de liquidez:** Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica em monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos. Esse risco decorre da inadequação do calendário de fluxos de caixa. A Empresa vem monitorando continuamente o impacto dos recentes acontecimentos de mercado sobre a liquidez de suas posições e quando necessário altera suas diretrizes justificadamente. **28.4. Risco operacional:** O risco operacional é relevante para a manutenção dos negócios e visa evitar as perdas que possam surgir a partir de fraudes, atividades com erros, omissões, ineficácia no processo, falhas de sistema ou de eventos externos. A diretoria comercial e operacional da Empresa é responsável por manter um nível aceitável de controle interno, adequado à escala e natureza das operações. São responsáveis também por identificar e avaliar riscos, e ainda desenharem controles para mitigação de possíveis riscos. A estrutura de gestão de risco operacional auxilia as áreas envolvidas a desempenhar essas responsabilidades, definindo uma metodologia padrão de avaliação de risco e fornecendo uma ferramenta para o relatório sistemático de dados de perda operacional.

**Farias Pereira de Sousa** - Presidente  
**Ivan Nassif Souza** - Diretor Financeiro  
**Juliana Aparecida Loiacone** - Contadora Responsável -  
 CRC: 1SP321785/O-0

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Diretores e Conselho de administração da **DG Participações e Investimentos S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DG Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios:** Conforme divulgado na Nota 14, a Companhia possui contabilizado ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$ 34.899 mil em 31 de dezembro de 2021, que representa 18% do total do ativo consolidado da Companhia naquela data. Nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia deve testar anualmente o valor do ágio para determinar se houve perda do valor recuperável. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e de suas controla-

das para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros, os quais não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a utilização de profissionais especializados em modelos de valorização para nos auxiliar na revisão do teste de recuperabilidade e na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia na determinação do valor recuperável; (ii) a avaliação da adequação das informações projetadas incluídas no modelo utilizado pela Diretoria e as análises de sensibilidade elaboradas pela Diretoria; (iii) a realização de testes para avaliar a integridade dos materiais e documentos que suportam as projeções; e (iv) a avaliação das divulgações destas informações nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da Diretoria consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as deci-

sões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 14 de março de 2022.  
**ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.** - CRC-2SP015199/O-6